

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa
Despacho	NP: 4zd0s1ym SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 15/08/2017 Requerimento nº 247/2017 Protocolo nº 3877/2017 Processo nº 889/2017
Autor: Dep. Valdir Barranco	

De acordo com o artigo 177 do regimento interno desta casa de leis, requeiro à mesa diretora, e ouvido o Soberano Plenário, Audiência Pública para discutir a situação dos Correios no Brasil e no Estado de Mato Grosso, a ser realizada, no dia 11 de setembro, as 19 horas no plenário Milton Figueiredo na AL- MT.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 15 de Agosto de 2017

Valdir Barranco
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Os Correios contam com mais de 350 anos de criação e tem um papel social concebido constitucionalmente. A capilaridade dos Correios é um dos fatores principais de sua relevância social, contribuindo para a integração nacional. Os Correios estão em todos os municípios brasileiros, passando diariamente em milhões de lares de famílias, brasileiras, não sendo somente uma empresa entregadora de cartas, mas principalmente uma instituição que leva a cidadania aos brasileiros.

O setor postal brasileiro, assim como os sistemas postais de outros países, não se destaca apenas pelas mudanças recentes pelas quais vêm passando, mas também por atuar como uma “rede de serviços públicos”. Considerar os serviços postais como rede de serviços públicos implica reconhecer que em alguns lugares a infraestrutura postal – agências, caixas de correios, postos de distribuição postal, etc. - é o único elemento que atesta a presença do Estado sobre o território nacional. Isso é particularmente importante para regiões pobres e afastadas que enfrentam sérios problemas sociais e que são abandonadas e negligenciadas por empresas da iniciativa privada.

Os Correios sempre apoiaram fortemente o desenvolvimento e a soberania nacional. De forma resumida, podemos descrever o atual papel dos Correios em relação ao país em:

1. Grande integrador da economia nacional atuando em mais de 5.500 municípios, além de ser agente ativo na garantia da soberania nacional, pois em diversas localidades atua praticamente sozinho como representante do Estado Brasileiro;
2. Participa da ocupação do espaço físico brasileiro, sendo responsável pela criação de endereços. É a empresa pública que juntamente com as prefeituras municipais, formaliza logradouros, concedendo o número do CEP (que pé o RG dos nossos endereços) e permitindo aos moradores utilizarem de endereço formal.
3. Produz receitas da ordem de R\$ 19 bilhões/ano, aproximadamente 0,33% do PIB Brasileiro;
4. Garante o direito constitucional da universalidade do serviço postal;
5. Pratica preços justos nos serviços de correspondência em mercado com tendência a formalização de oligopólio quando executado pelo setor privado, as tarifas do serviço postal brasileiro estão dentro das faixas mais baixas do mundo;
6. Atua como agente regulador de regulador de preços no mercado concorrencial (encomendas), garantindo preços similares em mercados desenvolvidos ou não, além de garantir a o serviço nas localidades carentes, microempresas entre outros;
7. Garante preços de serviços reduzidos para localidades afastadas e de pouca viabilidade econômica;
8. Disponibiliza serviços bancários a municípios de baixa renda possibilitando a circulação de recursos na localidade, além de efetuar pagamentos do INSS, frentes de trabalho, entre outros;
9. Garante cidadania ao disponibiliza serviços públicos para a população como os serviço de registro de CPF, distribuição de urnas eleitorais, distribuição de livros didáticos, recolhimento de leite materno, serviço militar, correspondência judicial, entre outros;
10. Emprega mais de 115 mil empregados, permitindo o sustento de quase 400 mil pessoas entre empregados e familiares

A divulgação na mídia de prejuízos bilionários nos últimos 02 anos (cerca de 2 bilhões por ano), pode parecer valores estratosféricos, mas na realidade representam somente 10% de todo o volume de faturamento da empresa. Não se pode querer ver dois únicos pontos fora de uma linha de resultados positivos dos últimos anos 15 anos como sinalização de a empresa está decadente e fora da realidade do mercado.

É muito bom que os Correios deem lucro. Mas essa não é a obrigação dos Correios, não é a função da empresa. O serviço postal na quase totalidade do mundo todo é estatal. Porque é um direito do cidadão. Diretos não têm que dar lucro, é obrigação do Estado fornecer e arcar com os custos.

Para manter seu importante papel de agente de desenvolvimento econômico e de integração regional, os Correios devem continuar a ser públicos. A saída é diversificar as atividades, como o mundo todo tem feito. Não fechar agências. Não demitir pessoas. Não cortar direitos como as férias. A população não quer privatização. Levantamento do Instituto Paraná Pesquisas mostra que 62,5% dos brasileiros é contra a privatização dos Correios (<https://economia.terra.com.br/exclusivo-quase-61-dos-brasileiros-sao-contra-privatizacoes,fc93fd5e251649aad160fecccc5b8e9d17gaeh6s.html>).

Reiteramos a necessidade pensar os Correios como um instrumento para disponibilização da logística do Estado para o pequeno cidadão, sendo meio para favorecer os esquecidos pelo mercado e pelas lógicas empresariais. É mister assegurar o acesso aos serviços mais básicos e as redes de todos os tipos por parte das pequenas empresas, das pequenas cidades, das regiões mais remotas, dos mais pobres que hoje não tem recursos para pagar pelo custo real do serviço, mas que tem o direito de serviço postal assegurado pela Constituição, além de ser um potencial mercado consumidor com o desenvolvimento econômico do país e do estado de Mato Grosso. Motivo pelo qual justificamos a solicitação de audiência pública.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 15 de Agosto de 2017

Valdir Barranto
Deputado Estadual